

MARCELO LAMPANCHE DA SILVA

A LINGUAGEM DA CAPOEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
COGEAE/PUC-SP
2012

MARCELO LAMPANCHE DA SILVA

A LINGUAGEM DA CAPOEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada como trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação Física para Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Orientador: Prof. Ms. Ivo Ribeiro de Sá

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
COGEAE/PUC-SP
2012

SUMÁRIO

Resumo	03
Introdução	04
1. A Educação Infantil	07
1.1. A Educação Infantil e suas instituições	10
1.2. O papel social da Educação Infantil: a concepção de infância, cultura e educação	16
2. Capoeira	21
2.1. A origem da capoeira	21
2.2. A capoeira e as suas inter-relações com as Instituições Sociais	28
3. Capoeira e Motricidade	36
4. Considerações finais	45
5. Referências Bibliográficas	49

Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém há os que lutam toda a vida
Estes são os imprescindíveis

Bertold Brecht – 1898 a 1956

Agradecimentos

Gostaria de agradecer e dedicar este trabalho primeiro a Deus e a todos que contribuíram para que a capoeira alcançasse o papel social e transformador que esta tem hoje em dia.

Dedico também aos ensinamentos e troca de experiências durante esses 16 anos que pratico capoeira e principalmente a escola ABADÁ-CAPOEIRA e ao Mestre Camisa por motivar e incentivar os seus alunos a se aprofundarem nos estudos e a terem um compromisso sério com o trabalho nos diversos campos de atuação com capoeira.

Aos professores que fizeram parte da minha formação tanto na graduação como na minha especialização em educação física infantil na PUC, em especial aos professores Ivo, Carol e Ronaldo Negrão.

E as minhas companheiras na vida, nos estudos e na capoeira Thelma e Clara. Obrigado por tudo.

Resumo:

A capoeira é considerada, atualmente, como um dos mais ricos e legítimos símbolos da nossa cultura, estando presente em escolas, universidades, clubes, academias, ONG's, programas culturais e sociais. Dessa forma, a introdução da capoeira na escola como um instrumento pedagógico na educação infantil deve partir do pressuposto de que a capoeira tem muito a contribuir com a formação dos sujeitos, pois a capoeira, vista a partir do olhar da motricidade humana, contribui com o processo de formação integral das crianças. Neste trabalho, buscou-se apontar o panorama da educação infantil a fim de refletir sobre sua importância na educação básica, bem como o seu papel social. Em seguida traçamos a trajetória histórica da capoeira na tentativa de explicação sobre o processo de escolarização por ela sofrida para, finalmente, olharmos para essa manifestação a partir das contribuições da motricidade humana. Concluímos que a capoeira interfere significativamente na construção da motricidade na educação infantil, principalmente se considerarmos que esta fase é uma das que mais devem ter atenção quando pensamos o desenvolvimento humano em geral e a formação da infância em particular.

Palavras-chave: Capoeira, Educação Infantil, Motricidade Humana

Abstract:

Capoeira is currently considered as one of the richest and most legitimate symbols of our culture, being present in schools, universities, clubs, academies, ONGs, cultural and social programs. Thus, the introduction of poultry in the school as a teaching tool in early childhood education should start from the assumption that the poultry has much to contribute to the formation of subjects, capoeira, viewed from the perspective of human movement, contributes to the process of integral formation of children. In this study, we attempted to point out the picture of early childhood education to reflect on its importance in basic education, as well as its social role. Then we trace the historical trajectory of poultry in an attempt to explain about the process of schooling suffered for it to finally look at this exhibition from the contributions of human movement. We concluded that poultry significantly interferes with the construction of motor skills in early childhood education, especially considering that this phase is one that should be more careful when we think about human development in general and training of children in particular.

Keywords: Capoeira, Early Childhood Education, Human Motricity

Introdução

Em 2007 ingressei no curso de Pós-graduação da PUC/SP em Educação Física Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Ao procurar esse curso de especialização, foquei como prioridade torna-me um profissional melhor capacitado para atuar nesse campo com aulas de educação física e de capoeira nas escolas de Educação Infantil, na qual ministro aulas hoje em dia.

Nos últimos anos, tenho observado que este campo tem crescido muito. Venho constatando que muitos profissionais da área da educação física e também capoeiristas estão oferecendo nas escolas particulares de educação infantil aulas extras desta importante manifestação popular brasileira, conhecida como capoeira.

Na maioria das vezes, as aulas de capoeira são oferecidas como atividades extracurriculares sendo aplicada uma vez por semana, com duração prevista de cinquenta minutos.

A introdução da capoeira na escola como um instrumento pedagógico, tem se apresentado como um assunto extremamente importante para ser discutido e refletido. Podemos nos arriscar a dizer que a capoeira é considerada, atualmente, como um dos mais ricos e legítimos símbolos da nossa cultura, estando presente em escolas, universidades, clubes, academias, ONG's, programas culturais e sociais.

A capoeira, que tudo nos leva a crer ser de origem afro-brasileira – foi desenvolvida pelos africanos no Brasil no período escravocrata – chegou a ser proibida e severamente perseguida durante muitos anos. Sendo assim, torna-se necessário compreendê-la como uma manifestação que exerce forte influência e uma grande aceitação em nossa sociedade brasileira.

Atualmente, depois de dar a volta ao mundo e alcançar reconhecimento internacional, a capoeira se tornou o mais novo patrimônio cultural brasileiro. O registro desta manifestação foi votado em 15 de julho de 2008, em Salvador, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que é constituído por 22 representantes de entidades e da sociedade civil, e deliberada a respeito dos registros e tombamentos do patrimônio nacional.

Diante dessas colocações, acreditamos que seja necessário um aprofundamento nas pesquisas sobre a capoeira, uma vez que esta se apresenta como um importante elemento de constituição da identidade brasileira e que por isso deve ser entendida como um componente obrigatório no processo de formação dos sujeitos.

Neste sentido, o trato da capoeira como uma atividade artística, cultural e educativa, que se desenvolve tanto na sociedade, em seus momentos de lazer, como dentro do âmbito escolar ou até mesmo como atividade esportiva, aponta que precisamos estar cientes dos cuidados sobre as suas possibilidades e contribuições ao processo de formação dos alunos, pois a capoeira quando tratada pedagogicamente, passa a assumir valores e significados diferentes daqueles existentes em sua origem, ou seja, ela passa a incorporar os valores e os códigos relativos ao contexto histórico em que está inserida. (FALCÃO, 1999).

Como podemos verificar a capoeira se torna uma atividade muito importante, pois se no passado apresentou-se como prática informal, perigosa e de desordem, atualmente se apresenta como uma das maiores difusoras da cultura e da língua portuguesa incorporando aspectos e valores educativos importantes para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, autônoma e mais justa.

Portanto, com o compromisso de contribuir para as reflexões acerca dos temas: Educação Infantil, Motricidade e Capoeira assuntos no qual achamos ser pertinente para um melhor entendimento deste trabalho, estaremos tratando nas próximas páginas os assuntos separadamente em cada capítulo.

O primeiro capítulo vai tratar da Educação Infantil com o intuito de mostrar e refletir acerca da sua importância na educação básica e do seu papel social mostrando como esta área vem se destacando nos últimos anos e também como esta vem estabelecendo e conquistando o seu espaço mediante as leis e documentos oficiais que a legitimam para o reconhecimento, valorização e respeito à infância na Educação Infantil.

Já o segundo capítulo faz um resgate do processo histórico da capoeira desde a sua origem até os seus primeiros contatos com as instituições escolares a fim de estabelecer de como esta arte foi se inserindo e mostrando aos poucos a sua grande contribuição para a formação da identidade brasileira.

E por últimos, temos o terceiro capítulo mostrando a relação da Capoeira e Motricidade a fim de estabelecer e compreender a capoeira como um importante aspecto da construção da motricidade na Educação Infantil, principalmente se considerarmos que esta fase é uma das que mais devem ter atenção quando pensamos o desenvolvimento humano em geral e a formação da infância em particular.

Sendo assim, após a leitura deste trabalho esperamos ter contribuído para uma aproximação e reflexão acerca desta pergunta que nos inquieta até o presente momento: Quais as possíveis contribuições da linguagem capoeirista e/ou prática da capoeira para a formação da criança na Educação Infantil?

Portanto, este estudo tem como objetivo identificar nas literaturas elementos que contribuam para uma reflexão a respeito das possíveis contribuições da capoeira para a motricidade das crianças de 3 a 5 anos que frequentam a pré-escola na Educação Infantil.

1 - A Educação Infantil

Para o desenvolvimento deste trabalho, compreenderemos a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, sendo oferecida em creches e pré-escolas públicas ou privadas que atendem crianças de 0 a 5 anos de idade.

A Educação Infantil vem tendo destaque nos últimos anos, principalmente no que se refere às pesquisas e reflexões sobre sua importância dentro da educação básica. Verificar essa problemática se torna uma tarefa extremamente importante para melhor compreendermos os principais motivos que apontam para a necessidade de novos estudos sobre essa temática.

Notamos que esta crescente preocupação torna-se fundamental para a construção de uma reflexão crítica que leve à criação de um movimento de luta em busca dos direitos dos cidadãos, principalmente no que se refere ao reconhecimento, valorização e respeito à infância na Educação Infantil.

Para Maria Malta Campos (2007, p.01) – uma das principais pesquisadoras nos estudos relacionados à Educação Infantil – os motivos que justificam a crescente importância acerca deste assunto são de diversas naturezas. A autora aponta algumas situações ocorridas dentro do contexto histórico brasileiro.

Em primeiro lugar, decorrem das profundas mudanças ocorridas no papel da mulher na sociedade moderna, e as conseqüentes transformações nos arranjos familiares que envolvem a proteção, o cuidado e a educação dos filhos. Em segundo, são reflexos das condições de vida nas cidades, onde agora vive a maioria das populações das nações industrializadas, que provocam grandes mudanças na forma com que as crianças vivem sua infância. Em terceiro, estão fundamentados na evolução das pesquisas científicas sobre o desenvolvimento infantil, as quais apontam a enorme importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social dos seres humanos, assim como nos estudos que constatarem que a frequência a boas pré-escolas melhora significativamente o aproveitamento das crianças na escola primária, especialmente no caso de alunos de baixa renda.

Finalmente, indicam o reconhecimento, no plano internacional, dos direitos da criança, que incluem o direito à educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.

Notamos nas reflexões da autora que a mudança do cenário atual deve fazer parte das nossas preocupações, preocupações e mudanças essas que partem desde a estrutura familiar, passando também por uma mudança na estrutura social e cultural da qual somos sujeitos construtores e transformadores da realidade.

Um exemplo disso é quando observamos o papel da mulher na sociedade contemporânea. Com as transformações acontecendo a todo o momento, o papel da mulher que anteriormente era de ser a dona de casa e responsável pela criação e a educação dos filhos vem se modificando, ou seja, ela passar a ter também outra função, que é a de mulher/mãe trabalhadora. Acreditamos que isso afeta significativamente as reflexões sobre a Educação Infantil.

As mudanças do papel da mulher na sociedade moderna, as comunidades que se desenvolvem diante dos grandes centros urbanos afetando diretamente a infância das crianças, as experiências e atividades educativas que contribuem para o desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida e o direito à educação com qualidade “supostamente” oferecida pelos governos Municipais e Estaduais são fatores determinantes para as mudanças de comportamento da sociedade.

Entretanto, o atendimento às crianças pelas instituições educacionais ainda tem apresentado vários problemas dentro da Educação Infantil brasileira. Instituições criadas para atenderem essas crianças apresentam grandes dificuldades para garantir um atendimento de qualidade no que diz respeito à sua formação.

Segundo Campos (2007, p.04),

Os sérios problemas de qualidade que são registrados na Educação Infantil significam um grande desafio, pois as crianças pequenas constituem o segmento etário mais frágil e indefeso com relação a condições adversas de cuidado e

educação. No caso da faixa etária mais próxima do nascimento, são crianças que ainda não falam e não se locomovem sozinhas, e que nem sempre conseguem manifestar seu descontentamento aos responsáveis.

Ainda em relação à qualidade na Educação Infantil, Campos (2007, p.04), aponta mais alguns fatores que prejudicam o desenvolvimento desta área:

[...] Uma quantidade indefinida de instituições funcionando à margem dos sistemas educacionais, fora da supervisão oficial e nem mesmo contabilizadas nas estatísticas. Mesmo no caso daquelas cobertas pelos Censos Escolares do MEC, uma parte expressiva não conta com as condições mínimas de infra-estrutura definidas no PNE – Plano Nacional de Educação; [...] A qualificação dos professores, também revela problemas: em 2002, 64% das funções docentes na pré-escola tinha nível médio e apenas 23% nível superior de formação. Para a creche a situação é bem mais precária e ainda não está bem retratada nas estatísticas oficiais. Como exemplo, na cidade de São Paulo, que conta com a maior e mais consolidada rede pública de creches do país, em 2001, 50% das educadoras de creches tinham menos que o nível médio de escolaridade (MEC,2006).

Diante desse quadro, oferecer condições de desenvolvimento para uma sociedade que cresceu de maneira rápida e desorganizada, torna-se um desafio constante principalmente quando observamos que esta é uma sociedade que tem se mostrado excludente e contraditória. Acreditamos que o oferecimento de uma educação de qualidade na Educação Infantil desde a primeira infância, seja um valioso instrumento de mudança desse contexto.

Sendo assim, diante desse contexto, a Educação Infantil não pode ser ignorada, pois a realidade acerca da educação brasileira, atualmente, é um grande desafio que precisamos superar, para minimizar suas inaceitáveis desigualdades sociais e consolidar sua democracia (CAMPOS, 2007).

Portanto, a partir dessas reflexões procuraremos melhor compreender o papel das creches e pré-escolas e o seu atendimento como instituições educacionais na sociedade.

1.1. A Educação Infantil e suas instituições

Neste tópico iremos tratar como as instituições educacionais denominadas de creches e pré-escolas foram se desenvolvendo ao longo desses anos e qual papel esta vem exercendo com relação ao atendimento às crianças de 0 a 5 anos.

Estudos e pesquisas desenvolvidas pelo autor Moysés Kuhlmann Jr. em seu artigo: “Histórias da educação infantil brasileira”, publicado na Revista Brasileira de Educação no ano de 2000, abordam a trajetória histórica da educação infantil e suas mudanças no cenário brasileiro.

Segundo Kuhlmann Jr. (2000, p.6):

[...] É durante o regime militar, que tantos prejuízos trouxe para a sociedade e para a educação brasileira, que inicia esta nova fase, que terá seus marcos de consolidação nas definições da Constituição de 1988 e na tardia Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. A legislação nacional passa a reconhecer que as creches e pré-escolas, para crianças de 0 a 6 anos, são parte do sistema educacional, primeira etapa da educação básica.

Como podemos notar na citação, os acontecimentos ocorridos durante o regime militar promoveram o surgimento de uma nova fase que marcou as conquistas para o reconhecimento das creches e pré-escolas como instituições do sistema educacional brasileiro. Porém, mesmo com todos esses acontecimentos e ações, o atendimento às crianças por essas instituições apresentam falta de estrutura para atender as necessidades dessa classe continuando, assim, os problemas na Educação Infantil brasileira.

Ainda para o mesmo autor (2000, p.07),

[...] A incorporação das creches aos sistemas educacionais não necessariamente tem proporcionado a superação da concepção educacional assistencialista. A falta de verbas para a educação infantil tem até estimulado novas divisões, por idade: apenas os pequenos, de 0 a 3 anos, freqüentariam as creches; e os maiores, de 4 a 6, seriam usuários de pré-escolas; são várias as notícias de municípios cindindo centros de educação infantil e limitando o atendimento em período integral. Mas as instituições nunca foram assim e as creches quase sempre atenderam crianças de 0 a 6 anos, ou mesmo as com mais idade – excluídas da escola regular ou em período complementar a esta. De outra parte, sempre existiram pré-escolas apenas para crianças acima de 3 ou 4 anos. [...] A instituição educacional criada para as crianças até 3 anos, a creche, surgiu posteriormente àquelas destinadas às crianças maiores. Froebel, fundador do jardim-de-infância, na Alemanha 1840, chegou a escrever sobre a educação desde a mais tenra idade, como no seu livro para as mães como sugestões de cantigas, brincadeiras e cuidados com os bebês.

Diante dessas idéias, vemos que a criação de instituições educacionais voltadas para crianças de até 3 anos (creches), começou logo após as que foram destinadas às crianças maiores (pré-escolas). O autor ainda relata que a grande ênfase dada ao papel materno na educação dos bebês naquela época aconteceu porque não se apresentavam condições para atender os alarmantes índices de doença e mortalidade com relação aos menores.

Criada na França em 1844, é apenas na década de 1870 após a descoberta no campo da microbiologia – que viabilizaram a amamentação artificial – que a creche é mais difundida interna e internacionalmente, chegando também ao Brasil (KUHLMANN JR.,2000).

No Brasil, primeiramente surge como idéia no período do Império e mais tarde, no período da República, criam-se as primeiras instituições, contando ao menos 15 creches em 1921, e 47 em 1924, distribuídas por várias capitais e algumas cidades do país. Muitas instituições mantenedoras de creches conviveram com profissionais da área educacional e, desde essa época, incorporaram o atendimento das crianças de 4 a 6 anos em jardins-de-infância ou escolas maternas. (KUHLMANN JR., 2000).

Ainda no que diz respeito ao atendimento às crianças por creches e pré-escolas na Educação Infantil brasileira, Campos (2007, p.02) comenta que,

[...] em nosso país nem sempre a realidade corresponde ao que determina a lei. No entanto, no caso da Educação Infantil, pode-se dizer que a realidade andou mais depressa do que as definições legais, no sentido de que o atendimento em creches e pré-escolas cresceu significativamente antes mesmo da legislação educacional preocupar-se com elas.

Muitas foram às tentativas em dar conta dos problemas relacionados à Educação Infantil. Segundo Kuhlmann Jr. (2000, p.08):

Creches, escolas maternais e jardins-de-infância fizeram parte do conjunto de instituições modelares de uma sociedade *civilizada*, propagadas a partir dos países europeus centrais, durante a *Era dos Império*, na passagem do século XIX ao XX (Hobsbawm, 1998). No Brasil, vive-se nesse período o deslocamento da influência européia para os EUA, fenômeno que encontra expressão marcante na criação do Dia da Criança, no 3º Congresso Americano da Criança, realizado no Rio de Janeiro em 1922, juntamente com o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Associava-se a data da descoberta do Novo Mundo com a infância, que deveria ser educada segundo o espírito americano.

Neste sentido, notamos que as instituições que atendiam crianças foram influenciadas a partir de propostas e modelos que se baseavam nas sociedades civilizadas, ou seja, sociedades organizadas que fossem exemplo para o desenvolvimento pleno de sua cidadania. Por trás de tudo isso, notamos também que esse modelo tinha como proposta uma sociedade que não teria uma identidade própria e que também ficasse sendo influenciada e constituída por um grupo que não vivia a sua cultura e nem sua realidade social.

Com base nas influências européias, o Brasil vive um período de deslocamento a partir do século XX. Vale lembrar que muitos eventos e congressos foram realizados durante essa

época a fim de estabelecerem os seus interesses no que diz respeito aos modelos a serem utilizados pelas instituições educacionais aqui no Brasil.

Para Kuhlmann Jr., (2000, p.08):

[...] A concepção da assistência científica, formulada no início do século XX, em consonância com as propostas das instituições de educação popular difundidas nos congressos e nas exposições internacionais, já previa que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos. A educação assistencialista promovia uma *pedagogia da submissão*, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social. O Estado não deveria gerir diretamente as instituições, repassando recursos para as entidades.

Considerando todos esses acontecimentos e as influências sofridas, as creches e pré-escolas (instituições educacionais) que surgiram para atender às crianças 0 a 6 anos permaneceram, durante muito tempo, com essa perspectiva de educação assistencialista, ou seja, que promovesse uma pedagogia da submissão.

Segundo Kuhlmann Jr. (2000),

De lá até meados da década de 1970, as instituições de educação infantil viveram um lento processo de expansão, parte ligada aos sistemas de educação, atendendo crianças de 4 a 6 anos, e parte vinculada aos órgãos de saúde e de assistência, com um contato indireto com a área educacional. A legislação trabalhista, que desde 1932 previa creches nos estabelecimentos em que trabalhassem 30 ou mais mulheres, foi como letra morta.

Embora creches e pré-escolas para os pobres tenham ficado alocadas à parte dos órgãos educacionais, as suas inter-relações se impuseram, pela própria natureza das instituições. No estado de São Paulo, desde dezembro de 1920, a legislação previa a instalação de Escolas Maternais, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos de operários, preferencialmente junto às fábricas que oferecessem local e alimento para as crianças. As poucas empresas que

se propunham a atender os filhos de suas trabalhadoras o faziam desde o berçário, ocupando-se também da instalação de creches.

Este quadro começou a ser alterado quando começaram as reivindicações de outros setores com propostas de candidatos de oposição ao sistema vigente prometendo mudanças significativas referentes às instituições.

Ainda para Kuhlmann Jr. (2000, p.11)

As instituições de educação infantil tanto eram propostas como meio agregador da família para apaziguar os conflitos sociais, quanto eram vistas como meio de educação para uma sociedade igualitária, como instrumento para a libertação das mulheres do jugo de suas obrigações domésticas, como superação dos limites da estrutura familiar. As idéias socialistas e feministas, nesse caso, redirecionavam a questão do atendimento à pobreza para se pensar a educação da criança em equipamentos coletivos, como uma forma de se garantir às mães o direito ao trabalho. A luta pela pré-escola pública, democrática e popular se confundia com a luta pela transformação política e social mais ampla.

Neste caso, a ampliação do campo de trabalho feminino contribuiu diretamente para a alteração no que diz respeito às criações de instituições para a classe média e assim criam-se as pré-escolas particulares por grupos de educadores a fim de atenderem as necessidades desse público.

Para tanto, as instituições que fazem parte da Educação Infantil vem sempre apresentando modificações em suas estruturas, pois antigamente pensavam em criar apenas creches para atenderem crianças pobres, atualmente o pensamento está em atender os filhos de mulheres/mães de determinada classe social que trabalham e representam outros setores.

Porém, a Educação Infantil que ficou durante muito tempo sendo tratada por diversas áreas vem passando por um processo de modificação, mostrando uma preocupação sobre como as instituições estão se desenvolvendo e quais propostas estão sendo criadas para a sua valorização.

Diante desses fatos, ainda podemos notar que a Educação Infantil apresenta grandes dificuldades sendo tratada em segundo plano, ou seja, quase ignorada. Com pouco investimento, o seu desenvolvimento fica comprometido e a sua qualidade de atendimento se torna cada vez mais precária.

Para Campos (2007, p. 05 e 06),

A importância da Educação Infantil nesse contexto não pode mais ser ignorada. Porém, o que os anos recentes mostraram é que o cobertor continua pequeno para as necessidades educacionais como um todo e as reformas introduzidas muitas vezes levam a que esse mesmo cobertor seja puxado para lá e para cá, sempre deixando a descoberto partes importantes da educação. Por exemplo, ao priorizar universalização do Ensino Fundamental, o governo anterior implantou o Fundef, engenhosa subvinculação das verbas estaduais e municipais já existentes reservadas à educação; porém, sem aumentar o tamanho do cobertor, acabou prejudicando outros níveis de ensino, como a Educação Infantil, o Ensino Médio e o Ensino Superior. Atualmente, o projeto de um novo fundo, o Fundeb, em discussão no Congresso, pretende corrigir esses problemas; no entanto, se novamente o cobertor não for aumentado significativamente, corre-se o risco de retrocessos no Ensino Fundamental e de poucos progressos na Educação Infantil.

Fica evidente, portanto, que a Educação Infantil, principalmente aquela dirigida às crianças mais pobres, está sempre em desvantagem. Segundo a autora, parece que a visão e os interesses dos responsáveis e governantes sobre o desenvolvimento das crianças pequenas são o de oferecer qualquer atividade. Não se valoriza o profissional que trabalha com ela, não se julga que livros, materiais pedagógicos e brinquedos são necessários no dia-a-dia e não existe preocupação com crianças passando longas horas em ambiente insalubres, longe do contato com a Natureza e forçadas a contínuos períodos de ociosidade (CAMPOS, 2007, p.06).

Devemos nos atentar para que a Educação Infantil e as instituições que dela fazem parte façam realmente o seu papel social na formação das crianças, respeitando a sua infância, não pulando nenhuma fase de seu desenvolvimento e nem priorizando apenas o ensino fundamental, pois segundo pesquisas realizadas por Campos (1997), dados demonstram que a

frequência a pré-escolas favorece no resultado positivo de testes realizados no início da escolaridade formal.

Para tanto, as reflexões acerca dos temas abordados não terminam por aqui, porém apesar das diversas nomenclaturas utilizadas para tratarmos da Educação Infantil, atualmente foram incorporadas aos nomes das turmas em instituições com crianças de 0 a 5 anos (berçário, maternal, jardim e pré).

Pode-se dizer que todas essas discussões acerca da Educação Infantil buscam compreender e caracterizar melhor tais instituições. Mesmo assim, devemos observar em seu processo de desenvolvimento que a criação de creches e pré-escolas fazem parte de um conjunto de instituições educacionais de uma sociedade civilizada e que ainda apresentam dificuldades no atual cenário.

Segundo Campos (2007, p.05), *“a realidade educacional brasileira representa hoje um enorme desafio. Sem enfrentá-lo de forma responsável, o país terá dificuldades em superar suas inaceitáveis desigualdades sociais e consolidar sua democracia”*.

Somente nessa perspectiva é que acreditamos que as instituições educacionais proporcionarão um melhor atendimento e um ensino de qualidade às nossas crianças na Educação Infantil. Sendo assim, fica evidente que creches e pré-escolas são modalidades da Educação Infantil e que representam um papel social muito importante no desenvolvimento humano e social dos sujeitos.

1.2. O papel social da Educação Infantil: a concepção de infância, cultura e educação.

Após reflexões acerca das instituições educacionais (creches e pré-escola) e o papel que cada uma deve exercer na Educação Infantil, em busca de uma formação integral que realmente seja democrática, procuraremos compreender que tipo de criança se quer formar e proporcionar uma aprendizagem significativa que leve em consideração sua realidade social e cultural.

Diante disso, não aprofundaremos nas discussões, apenas iremos trazer os conceitos que mais se aproximam do nosso perfil em busca de uma formação integral e crítica. É importante lembrar que a Educação Infantil teve o seu reconhecimento na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

Neste sentido já podemos notar a importância da Educação Infantil no contexto brasileiro e o seu papel social dentro da nossa sociedade. Para a autora Sonia Kramer (1999),

A educação infantil tem papel social importante no desenvolvimento humano e social. A prioridade é a escola fundamental, com acesso e permanência das crianças e aquisição dos conhecimentos, mas a luta pela escola fundamental não contraria a importância da educação infantil – primeira etapa da educação básica – para todos. (KRAMER, 1999, p.01).

Para a autora, mesmo que o atendimento seja a prioridade na escola no nível fundamental (obrigatório), é na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica que proporciona uma formação integral às crianças. Porém, cabem as instituições e aos governantes oferecerem condições dignas para a formação integral das crianças nos primeiros anos de vida, sem privilegiar apenas determinada fase de ensino.

É preciso também mudar o caráter assistencial ou sanitário que são importantes, mas que não substituem as dimensões educativas, sociais e culturais, cruciais para favorecer o desenvolvimento das crianças e seu direito de cidadania.

A Educação Infantil tem que ser encarada e reconhecida como espaço de socialização e convivência, que assegure cuidado e educação da criança pequena, mesmo considerando que esta ainda não é uma realidade das instituições brasileiras (KRAMER, 1999).

Segundo Kramer (1999, p.02),

As crianças são seres sociais, têm uma história, pertencem a uma classe social, estabelecem relações segundo o contexto de origem, têm uma linguagem, ocupam um espaço geográfico e são valorizadas de acordo com os padrões do seu contexto familiar e com a sua própria inserção neste contexto. Elas são pessoas, enraizadas num todo social que as envolve e que nelas imprime padrões de autoridade, linguagem, costumes.

Para tanto, as crianças precisam ser reconhecidas como seres que carregam sentimentos, emoções e cultura. Além disso, seres que convivem em determinada região do país e que sofrem influências de seus familiares, adquirindo assim, hábitos que carregarão para toda vida.

A visão de quem são as crianças - produtora de cultura, sujeito social e histórico – pode contribuir para o seu desenvolvimento como cidadão ativo e participativo na sociedade, reconhecendo assim, os seus saberes adquiridos, suas experiências culturais, e as realizações de atividades significativas em diversos momentos de socialização.

Segundo Kramer (1999, p.02),

Reconhecer na infância sua especificidade – sua capacidade de imaginar, fantasiar e criar – exige que muitas medidas sejam tomadas. Entender que as crianças têm um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, que subverte o sentido da história, requer que se conheçam as crianças, o que fazem, de que brincam, como inventam, de que falam. Nesta concepção de infância, história e linguagem são dimensões importantes de humanização: há uma história a ser contada porque há uma infância do homem. Se compreendermos as crianças, compreenderemos melhor nossa época, nossa cultura, a barbárie e as possibilidades de transformação.

Essas possibilidades de transformações são extremamente necessárias para uma melhor compreensão acerca da Educação Infantil brasileira, e para o papel a ser desenvolvido com as crianças nas instituições em seus períodos de aulas.

Segundo Kramer (1999, p.02),

Para a educação infantil desempenhar seu papel no desenvolvimento humano e social é preciso que a criança não seja vista como filhote ou semente, mas como cidadã criadora de cultura, o que tem implicações profundas para o trabalho em creches e pré-escolas e outros espaços, de caráter científico, artístico e cultural.

Somente assim, a Educação Infantil estaria se desenvolvendo de maneira democrática respeitando realmente os direitos conquistados pelas crianças. Direitos esses de expressarem-se de diferentes maneiras em diversas atividades comumente desenvolvidas no dia-a-dia.

As crianças precisam criar, construir, destruir, precisam de espaços para expressar suas idéias, suas emoções, construir cultura e não ficarem reproduzindo as atividades cotidianas dos adultos.

Entretanto, os desafios apresentados com relação à falta de compromisso das políticas voltadas para a Educação Infantil ainda continuam em evidência, e para melhorar e oferecer uma formação profissional de qualidade aos professores como também para todos sujeitos que freqüentam a rede pública de ensino (crianças, jovens adultos e dentre eles os professores) requer uma luta constantemente em busca de seus direitos.

Segundo Kramer (1999, p.04),

[...] hoje não há previsão orçamentária ou dotação de recursos financeiros específicos para a educação infantil. E recursos são cruciais, de modo a que não tenhamos apenas uma conquista formal. Se as crianças são cidadãs e a educação infantil é seu direito, não destinar recursos é abrir mão de não concretizar-lo; é negar esse direito às populações infantis. E o custo social deste descaso será inestimável. A formação cultural das crianças e seus professores é direito de todos pois todos – crianças e adultos – são sujeitos históricos e sociais, cidadãos produzidos na cultura e criadores de cultura. Cidadãos que têm direitos sociais, entre eles o direito à educação.

Diante desses fatores, o desenvolvimento da Educação Infantil e o seu papel social volta novamente as dificuldades constantes desde a sua implantação. Sendo assim, concordamos com Campos (2006), quando apresenta dados de uma pesquisa realizada na França, nas chamadas escolas maternais mostrando que 80% da população infantil na faixa de 3 aos 5 anos freqüentam estabelecimentos públicos e que a recente reforma no sistema de formação de professores, introduzida em 1991/1992, exige um curso equivalente ao mestrado para a docência nessas escolas quando diz: *“Nos países que levam a educação a sério, a educação das crianças pequenas, nos anos anteriores ao ingresso na escola primária, também é considerada um assunto que deve ser levado a sério”*.

Portanto, fica aqui essa reflexão para que possamos continuar lutando para o reconhecimento e o investimento nas instituições infantis e também na valorização do professor no que diz respeito a sua formação para atuar frente às dificuldades sociais apresentadas pela Educação Infantil brasileira.

Essas reflexões acerca da Educação Infantil servirão de base para fundamentarmos o objeto de estudo deste trabalho nos próximos capítulos que irá tratar da capoeira como elemento principal na constituição da motricidade humana das crianças que freqüentam as pré-escolas.

2. Capoeira

Neste presente capítulo, pretendemos tratar de maneira simples e objetiva fatos importantes acerca da origem da capoeira. No decorrer dessas passagens sobre os assuntos pertinentes a este trabalho passaremos pelo processo histórico carregado de modificações, contradições e a sua inserção na sociedade e o processo de escolarização da capoeira no que diz respeito os primeiros contatos com as instituições escolares.

2.1. A Origem da Capoeira

Buscar compreender a origem da capoeira torna-se um grande desafio a ser cumprido uma vez que temos poucos materiais com registros desta manifestação popular brasileira que tudo nos leva a crer ser de origem africana, mas que foi desenvolvida em solo brasileiro.

Com base nessas informações, não pretendemos nos aprofundar na origem da capoeira, mas sim trazer ao leitor deste trabalho informações importantes do contexto histórico que a levou esta manifestação a ser reconhecida como patrimônio cultural brasileiro após anos de luta e resistência.

Diante disso, torna-se impossível compreender o papel que esta vem exercendo tanto na sociedade brasileira como também em diversos países como uma das maiores e mais importantes manifestações difusoras da língua portuguesa sem antes passar pelos principais fatos históricos que contribuíram para o seu desenvolvimento.

Quanto a sua origem tudo leva a crer que a capoeira foi criada entre os escravos, possivelmente em meados dos séculos XVI, como uma luta que buscava a liberdade dos negros africanos no Brasil escravocrata.

Segundo Areias, (1998, p.10-11):

[...] Eram idos de 1600, mais ou menos, época áurea dos grandes descobrimentos, do mercantilismo, da revolução comercial, em que o lema era: “Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria”. E os negros eram uma dessas valiosas mercadorias; trabalhando de sol a sol, comandados pelos chicotes dos feitores, eles derrubavam a mata, preparavam a terra, plantavam a cana e produziam, com o amargo do seu do sofrimento, o açúcar, doce riqueza dos seus senhores.

Esses negros, tirados de seu habitat natural, maioria da região de Angola, África, eram transportados nos porões dos navios negreiros ao Brasil. Chegando aqui eram selecionados e repartidos entre os senhores de engenhos, marcados a ferro e brasa como gados e empilhados na sua nova moradia: as prisões infectadas das senzalas (AREIAS, 1998).

Nas senzalas, os negros eram divididos em grupos de várias etnias para dificultar-lhes a comunicação e eventual organização e rebelião. Mesmo assim, sem terem comunicação, pois tinham dialetos e culturas diferentes, os negros nunca deixaram de lutar por condições melhores de vida.

Segundo Areias (1998, p.11), os negros reagiam de diversas maneiras *“desde a fuga incerta e o suicídio até o assassinato do seu opressor, mesmo sabendo da consequência fatal desse ato – pois, ao contrário do que muitos pensam, os escravos nunca aceitaram passivamente a escravidão”*.

Diante dessa passagem, podemos identificar que a postura tomada pelos escravos nunca foi a de ser passivo, de aceitar determinadas ordens, mas sim a de resistir contrapondo-se aos castigos e até chegando a se suicidarem para não mais sofrerem. É importante ressaltar que esta resistência nunca se deu de maneira coletiva e nem organizada, pois os escravos não tinham condições de se mobilizarem.

Os primeiros passos para uma organização coletiva se deram a partir das invasões holandesas em Pernambuco (1624-1630), fazendo com que as grandes fazendas e os engenhos do Nordeste sofressem certa desorganização temporária.

Segundo Areias (1998, p.13), “[...] a atenção desviada dos senhores e governantes para a expulsão dos invasores, diminuiu por um certo período, em consequência desse fato, a rigidez e vigilância exercida até então sobre o escravo”.

No entanto, é a partir deste momento que a maioria dos escravos vêem a grande oportunidade de se organizar e fugir das senzalas, escapulindo em massa para o meio das matas, formando assim, os seus quilombos.

Nas palavras de Areais (1998, p.13),

[...] Organizando-se social e politicamente à moda das sociedades tribais da África, os negros criam suas próprias leis, escolhem um rei, Ganga-Zumba, mais tarde substituído por Zumbi, o grande general das armas, que entrou para a história em função dos grandes feitos realizados em defesa do reduto de Palmares.

Sendo assim, ao se organizarem em grupos e nomearem um líder, os negros se protegem e acolhem os demais escravos fugitivos, fortalecendo ainda mais todas as heranças africanas.

Os escravos fugitivos desenvolvem maneiras de defesa por meio do seu próprio corpo para combater os seus inimigos. Em seus momentos livres, se é que podemos dizer dessa maneira, os negros relembram seus rituais, suas lutas e suas brincadeiras trazidas da África.

Podemos até dizer que tanto nos momentos dentro das senzalas como também nos quilombos contribuíram e proporcionaram conhecimentos e experiências para o desenvolvimento da capoeira por meio dos seus rituais.

Uma das principais influências para este desenvolvimento da capoeira, talvez tenha sido uma antiga dança guerreira chamada de “NGOLO” que se apresentava como um jogo de luta praticado por suas tribos. O “NGOLO” era praticado por jovens africanos para disputarem as mulheres das tribos africanas na qual se tornaria a sua esposa.

Segundo Areias (1998, p.16 e 17),

Não possuindo armas suficientes para se defender, quase nem mesmo as armas convencionais da época, torna-se necessário para os negros descobrir uma forma de enfrentar as armas inimigas. [...] Movidos pelo instinto natural de preservação da vida, os escravos descobrem no seu corpo a essência de sua arma. [...] Tendo como mestra a mãe natureza, notando as brigas dos animais as marradas, os coices, saltos e botes, utilizando-se das estruturas das manifestações culturais trazidas da África (brincadeira, competições, etc., que lá praticavam em seus momentos cerimoniais e ritualísticos), aproveitando-se dos vãos livres que abriam no interior das matas e capoeiras, os negros criam e praticam uma luta de auto-defesa para enfrentar o inimigo.

O aspecto de luta e as manifestações de resistências apresentadas, logo foi controlada assim que os holandeses foram expulsos, fazendo com que os escravos fossem procurados e capturados pelos “capitães-do-mato”, homens contratados pelos senhores de engenho para trazerem os negros fugitivos de volta às senzalas. Nesses conflitos, muitos negros acabaram mortos pelos capitães-do-mato.

Esta resistência por parte dos negros representava as brutalidades e os castigos sofridos e já conhecidos por eles nas senzalas. Porém, essas capturas não foram fáceis como podemos notar na passagem do texto abaixo.

Ainda nas palavras de Areias (1998, p.18 e 19),

[...] temos em alguns documentos citações de capitães-do-mato e comandantes de expedições que, quando se referiam aos combates com os negros, falavam sobre “um estranho jogo de corpo” utilizado por eles nos momentos de combate, “desferindo coices e marradas, como se fossem verdadeiros animais indomáveis”. [...] Ao mesmo tempo, referindo-se as táticas de combate, os comandantes recomendavam aos soldados “terem o máximo de cuidado com as emboscadas e ataques de surpresa desferidos pelos negros, usando esse estranho jogo de corpo, vindo de repente do interior das capoeiras”.

Após essa citação, podemos notar nos relatos as estratégias de lutas apresentadas pelos negros nos combates, tornando-se assim, uma grande preocupação para os comandantes e suas tropas, recomendando cuidados aos seus soldados no que diz respeito às armadilhas desenvolvidas pelos negros nas matas fechadas.

As forças oficiais identificaram realmente uma grande ameaça dos negros e montaram uma ação decisiva com um grande número de soldados bem armados, impossibilitando assim, qualquer tipo de resistência dos negros.

Areias (1998, p.22) relata que um dos maiores responsáveis por essa ação foi Domingos Jorge Velho que,

[...] fazendo uso de toda a força da artilharia e cavalaria, e até da guerra bacteriológica (que consistia em soltar negros com doenças contagiosas, contraídas nas senzalas, para juntarem aos negros sadios dos quilombos), Domingos Jorge Velho consegue, das formas mais bárbaras imagináveis, minar a resistência dos quilombos e destruir o reduto de Palmares.

Neste combate, Zumbi, o líder dos Quilombos do Palmares luta para resistir, mas acaba morto. Após a sua morte, os soldados colocaram a sua cabeça exposta nas ruas de Recife para mostrarem o que iria acontecer com quem tentassem resistir à prisão, destruindo assim, esse mito e figura marcante dos escravos (AREIAS, 1998).

De volta ao domínio, os negros são reintegrados as senzalas e voltam às rotinas diárias das atividades a serem desenvolvidas nas plantações de café e cana. Em suas manifestações desenvolvidas nas senzalas ou nos terreiros das casas grandes, os negros relembram suas brincadeiras e seus rituais.

Sendo assim, seria até possível falar que a capoeira começa a se camuflar a partir desses momentos. Durante o período em que estavam confinados, os negros por meio de seus rituais, passam a relembrar e a se comunicarem por meio de sua linguagem corporal e cultural. Essas atividades talvez foram permitidas pelos senhores de engenho para amenizar a revolta dos escravos e também para impedir uma possível organização de rebelião.

No entanto, a luta por liberdade não acabou e os escravos sempre mantiveram vivas as esperanças por dias melhores, expressando as suas crenças, seus rituais, suas brincadeiras, enfim, sua cultura africana.

Com o passar dos anos, em 13 de maio de 1888, por razões históricas é dado o direito à liberdade, é assinado a Abolição da Escravatura. É importante ressaltar, que a concentração de escravos naquela época se dava em vários Estados brasileiros. Porém, os Estados que mais se concentravam escravos, talvez devido aos portos, foram o da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco.

No entanto, essas informações acerca da origem da capoeira possibilitam uma reflexão acerca do seu desenvolvimento durante o período da escravidão até a sua abolição. A partir desses acontecimentos, a capoeira tem uma nova fase com os escravos livres na sociedade no período do século XIX, principalmente no Estado do Rio de Janeiro.

Falcão (1995, p.174) comenta que,

[...] Na primeira metade do século XIX, o “primado da vadiação” começa a adquirir uma conotação depreciativa a partir da utilização generalizada da capoeira pelos escravos na cidade do Rio de Janeiro. Àquela época, o cotidiano daquela cidade era constantemente perturbado por correrias e brigas de capoeiristas que geralmente deixavam como saldo um grande número de mortos e feridos (HOLLOWAY, 1989). Na segunda metade do século XIX, a capoeira conquista também integrantes das camadas médias da sociedade carioca que se juntam aos negros e se organizam em grupos denominados “maltas de capoeiras”. Essas maltas se transformaram em verdadeiras instituições de caráter político e paramilitar e formavam as bases armadas dos partidos políticos Conservador e Liberal do Regime Monarquista no Rio de Janeiro (BRETAS, 1991).

Com base nesses acontecimentos, a capoeira vai se tornando uma prática comum no cotidiano dos escravos e também da sociedade carioca, ganhando assim, destaque especial e uma grande proporção no que diz respeito a sua marginalização devido à sua inserção e as suas consequências na sociedade.

No entanto, esses acontecimentos e a chegada da República colaboram para que a capoeira fosse severamente proibida e reprimida, tendo assim, um tratamento oficial. O Código Penal da República de 1890 dizia o seguinte:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas, exercícios de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação capoeiragem (...) Pena: de prisão celular por dois a seis meses.

Único: É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranqüilidade ou segurança pública ou for encontrado com armas incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes". (REGO, 1968:292)

Diante desses fatos, com as grandes proporções adquiridas pela capoeira durante a sua trajetória e inserção na sociedade, podemos notar que esta se apresentou sempre como uma atividade proibida e reprimida. Mesmo assim, a capoeira não foi extinta e resistiu firme e forte.

Segundo Rego citado por Falcão (1995, p. 174),

[...] a capoeira foi tratada durante muito tempo como caso de polícia, “que dormia e acordava no calcanhar dos capoeiras” (:43). É possível afirmar que a história da capoeira pode ser decifrada, em grande parte, a partir da documentação existente nos arquivos da polícia brasileira. [...] A “vadiação” deixa então de ser vista como brincadeira, divertimento, ludicidade para ser vista como uma ação depreciativa de vagabundagem, malandragem, uma coisa de desocupado, de criminoso.

Portanto, acredito ser necessário para melhor esclarecer, que em cada um dos Estados Brasileiros citados no decorrer deste texto, a capoeira adquiriu uma característica diferente devido às repressões e os seus aspectos culturais.

No Recife, a repressão foi tão forte que a capoeira não resistiu e contribuiu para o desenvolvimento de outra manifestação muito importante denominada “FREVO”. No Rio de Janeiro, a capoeira teve um tratamento ainda mais rigoroso deixando um legado e uma característica muito negativa para esta arte-luta. Na Bahia esta também sofreu repressão, mas foi a que mais contribuiu e preservou as características culturais africanas das origens da capoeira, tendo como base dois grandes personagens Mestre Pastinha e Mestre Bimba no cenário histórico da capoeira no século XX.

Nas palavras de Falcão (1995, p.174), [...] *“Até a década de 30, a capoeira foi severamente perseguida pela polícia em virtude dos inúmeros conflitos envolvendo os praticantes desta arte luta”*. Mesmo assim, esta perseguição não representou o seu fim, *“A capoeira, mesmo proibida, resistiu”* (idem).

Para tanto, acreditamos que a discussão acerca da capoeira não é uma tarefa fácil e para isso, as reflexões até aqui apresentadas possibilitam uma reflexão crítica sobre o processo histórico da capoeira de maneira simples e objetiva relatando os principais acontecimentos para melhor compreendermos tal manifestação.

2.2. A capoeira e as suas inter-relações com as Instituições Sociais

Após as discussões acerca da origem da capoeira e a sua inserção na sociedade, este tópico pretende apontar as aproximações da capoeira com as Instituições Sociais e Políticas que consideraram esta como uma manifestação cultural que representava a formação de uma cultura nacional e popular.

É importante esclarecer neste momento que o entendimento sobre as relações entre a capoeira e as Instituições Sociais e Políticas deve ser realizado a partir da análise do

desenvolvimento da capoeira na Bahia, por ser neste Estado que a capoeira mais conseguiu resistir às repressões sofridas. Consideramos que a capoeira, da forma como ela é conhecida hoje, é resultado desse processo. Processo esse que passou pela mesma condição de repressão, proibição e preconceito, tendo resistido e se configurado como a capoeira mundialmente aceita e praticada hoje.

Voltando à nossa análise, no decorrer dos acontecimentos históricos tratados no tópico anterior sobre a origem da capoeira, e mais especificamente a partir década de 30, do século XX, quando a capoeira ainda reprimida e proibida pelo código penal começa a ser reconhecida como uma manifestação popular brasileira que assume o papel de representante da nacionalidade do país no governo de Getúlio Vargas.

Como prática ilegal, continuava sendo vivenciada nas comunidades afastadas, como fazendas e terreiros na cidade de Salvador. Seus representantes, sempre que possível, realizavam momentos de vadiação praticando a capoeira.

Porém, não podemos desconsiderar que em outros momentos, alguns representantes ainda buscavam desenvolver e invocar a sua ancestralidade por meio dos seus rituais não deixando esta cultura acabar. É nesse momento, que temos na Bahia um grande personagem que busca o reconhecimento e a valorização da capoeira como luta, mostrando toda sua eficiência e riqueza cultural.

Manoel do Reis Machado, o Mestre Bimba, contribui diretamente para uma mudança no cenário da capoeira apresentando uma proposta inovadora que gerou várias discussões entre os capoeiristas da época. Cria-se, então, a Luta Regional Baiana, popularizada como Capoeira Regional. Essa mudança foi tão importante que até hoje podemos notar a sua influência.

Nas palavras de Falcão (1995, p. 175),

[...] Com a criação da Capoeira Regional, Mestre Bimba conquista autoridades e profissionais liberais. Para conseguir e manter esta conquista, o referido Mestre retira a capoeira do terreiro e a coloca em recinto fechado, nas academias, possibilitando a

participação de camadas sociais superiores. [...] Foi, portanto, a partir da Regional que a capoeira estabeleceu seus primeiros contatos com as instituições escolares.

Também devemos ressaltar que com a criação da Luta Regional Baiana, a capoeira que eles acreditavam e consideravam ser a tradicional continuou sendo desenvolvida normalmente. Aos poucos, estes representantes começaram a fazer um movimento para defender e organizar a capoeira tradicional que, na visão de muitos, preservava em sua prática a herança dos africanos de Angola.

Para o autor, estes fatores no contexto histórico da capoeira até hoje se apresentam como alvos de polêmicas e discussões tornando-se objeto de estudo de sociólogos e antropólogos (FALCÃO, 1995).

Alguns estudiosos comentam que Mestre Bimba contribuiu com modificações profundas que fazem desta nova proposta de capoeira, se é que podemos falar dessa maneira, totalmente diferentes daquela desenvolvida antigamente.

Segundo Rego (citado por Falcão, 1995, p. 175), “[...] *a capoeira passou por modificações profundas que destoavam completamente daquela capoeira antiga, criada e usufruída pelas classes populares. Um ‘status social superior ao dos capoeiras invade as academias e os afugenta’*” (REGO, 1968, p.361).

Muitos autores consideram que Mestre Bimba contribuiu para uma certa “prostituição” da capoeira, na medida em que aqueles que quisessem se adequar à nova visão teriam que se enquadrar em uma nova forma de comportamento. Por causa disso, Falcão (1995) identifica que Mestre Bimba pode ser considerado um divisor de águas na história da capoeira.

Para os mais radicais, Mestre Bimba foi uma pessoa que além de dividir, ele “embranqueceu” a capoeira. Já para os seus seguidores, Mestre Bimba se apresentou como um verdadeiro personagem que conseguiu mudar a visão que muitos tinham da capoeira, aquela manifestação do negro escravo.

Mestre Bimba tinha uma grande fama na Bahia por ser um excelentíssimo lutador de *Batuque* na qual seu pai era campeão. Isso com certeza despertou o interesse de diversos jovens em conhecerem este personagem da Luta Regional Baiana - Capoeira Regional.

Como na época a cidade de Salvador era tomada por estudantes de diversas regiões do Brasil para ingressarem na faculdade de Medicina e Engenharia, Mestre Bimba com sua nova proposta de capoeira conquista vários jovens e também ganha espaço na sociedade.

Mestre Bimba, antes de se aproximar dos estudantes, já desenvolvia aulas de capoeira para pessoas de diferentes classes sociais.

Nas palavras de Sodré (2002, p.64),

[...] Assim, ao fundar em 1932, no Engenho Velho de Brotas (bairro pobre onde nasceu), a primeira academia especializada em capoeira, Bimba já tinha pronta, desde 1928, a sua criação: a regional baiana. Naquela época, ensinava também a sua arte em residência, fazendo progressivamente contato com gente mais abastada (políticos, pessoas de projeção social), o que lhe valeu algumas pequenas vantagens.

Encontramos também uma informação muito importante na qual podemos notar o convívio de Mestre Bimba com um dos seus principais alunos “Cisnando” que também muito contribuiu para a criação da Capoeira Regional. Segundo SODRÉ (2002, p.65-66),

[...] Bimba escutava com atenção o que lhe parecia aproveitável de alunos muito letrados, como foi o caso de José Cisnando, ainda estudante de Medicina, possivelmente o primeiro branco a se tornar seu discípulo. Dotado de grande vigor físico, corajoso e praticante de jiu-jítsu, Cisnando influenciou na criação da capoeira regional e, em pleno período de intervenção federal da Bahia, teria feito a mediação para que o interventor Juraci Magalhães convidasse o Mestre a fazer uma exibição no Palácio. Depois, houve uma exibição em quartel para o general Pinto Aleixo, comandante da Região Militar.

Sendo assim, Mestre Bimba, tem contato com várias pessoas da sociedade e universitários de Salvador e tudo levar a crer que possivelmente esses contatos e trocas de experiências contribuíram para a incorporação e construção de novas linguagens e códigos dentro da capoeira.

Nas palavras de Falcão (1995, p. 175), [...] “*Atividades como formaturas, cursos de especialização e outras, típicas do mundo acadêmico, foram incorporadas ao universo da capoeira. Atualmente, pode-se assegurar que muitos desses códigos fazem parte de suas próprias tradições*”.

Ainda para este autor, Mestre Bimba, ao introduzir na capoeira elementos alheios ao *ethos* popular, contribui com os primeiros subsídios para o estreitamento dos vínculos entre esta manifestação cultural e as instituições escolares. As “formaturas” de capoeira, coordenadas por Mestre Bimba, “[...] *eram rituais altamente formais, realizados ao final de cada Curso de Capoeira Regional, incluindo fatores tipicamente acadêmicos: patronos, paraninfos, oradores, discursos e diplomas*” (VIEIRA citado por FALCÃO, 1995, p.176).

Mestre Bimba, também desenvolveu um método de ensino organizado em três partes: Seqüência, Cintura Desprezada e Roda.

Segundo Sodré (2002, p.68-9)

1. Seqüência: Trata-se de um conjunto de golpes, que funciona como base da regional. Antes de tudo vem a ginga, movimentação em pé por meio da qual o capoeirista arma ataque e defesa com pés e mãos.
2. Cintura desprezada: Esta parte é, como prática “sistemática”, uma invenção de Bimba, destinada a preparar o capoeirista para as situações de luta agarrada, condicionando-o a cair sempre em pé.
3. Roda: É o lugar e o instante em que se realiza o jogo solto, isto é, a prática dos golpes da seqüência e da cintura desprezada.

A seqüência, a cintura desprezada e a roda eram as atividades desenvolvidas pelos alunos diariamente nos treinos. Até este presente momento, como já citado no texto acima, a capoeira não tinha uma organização didática no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Como muitos diziam, o aluno aprendia capoeira na oitava, ou seja, pela observação e participação nas rodas de capoeira sem essa questão de organização didática dos golpes.

Mestre Bimba muda este cenário e assume um papel muito importante ao retirar a capoeira dos ambientes mais simples e afastados de Salvador ganhando assim, um destaque especial no cenário das personalidades baianas. Apresentando-se nas principais datas comemorativas e eventos realizados nessa época - com os melhores trajes - e difundindo a sua *Luta Regional Baiana* com seu grupo de alunos, chegando até tocar berimbau junto com um maestro, o mestre contribui diretamente para a mudança daquela visão que muitos tinham dos negros da época e também da capoeira.

Para Vieira (1998, p.70), “[...] *Pode-se afirmar que a história da Capoeira Regional, do início da década de 30 até meados da década de 50 é a história da aproximação de Mestre Bimba com as instituições oficiais e seus representantes*”.

As palavras de um dos maiores capoeiristas, formado por Mestre Bimba, Mestre Itapuã citado por Vieira (1998, p. 70-1), afirma:

Por que a capoeira, uma coisa altamente popular, estar no Desfile de Dois de julho, a Independência da Bahia? O Dois de Julho é mais importante que o Sete de Setembro, é a maior data cívica da Bahia. No desfile de Dois de Julho de 1936 Mestre Bimba desfilou dando apresentação com seus alunos, e a capoeira era uma coisa popular, altamente proibida. Então o que era? Era o líder representando o povo na data maior da Bahia. E saiu no jornal o Mestre dando um aú.

Neste contexto, Vieira (1998, p.60) verifica que “[...] *o projeto de construção da nacionalidade presente nas ideologias do Estado Novo procurou reunir elementos de conservação das tradições e a proposta modernizante numa única dimensão*”. No entanto, foram muitas as re-interpretações dos significados tradicionais e originais da capoeira no que diz respeito aos seus elementos simbólicos e rituais. Portanto, essas aproximações representavam valores e códigos ligados ao espírito da disciplina e da eficiência.

Segundo Sodré (2002, p.67):

[...] Podia-se jogar capoeira com ambigüidade do sistema. Tanto que, em 1937, Mestre Bimba obtinha, na Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública, o registro de diretor de curso de Educação Física, que o levou a redefinir o seu local de treinamento como Centro de Cultura Física Regional.

Dois anos depois, estava ensinando a sua capoeira regional no quartel do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Exército. Em 1942, instalou a segunda academia, com seu método já consolidado. Em 23 de julho de 1953, voltou a exibir-se no Palácio do Governo (o governador, agora eleito, era o mesmo Juraci Magalhães) para então presidente Getúlio Vargas, que proclamou: “A capoeira é o único esporte verdadeiramente nacional”.

Sendo assim, não podemos negar que a grande ênfase à eficiência de sua criação, a Luta Regional Baiana, Mestre Bimba conquistou o seu espaço e também foi utilizado pelo governo vigente do Estado Novo num jogo político ideológico.

Neste caso, observamos que Getúlio Vargas trava uma relação paternalista afetiva, sobre as camadas populares e a partir deste momento, conforme verifica Vieira (1998), encontra-se uma estreita relação de Getúlio Vargas com estas camadas populares utilizando-se da educação, e principalmente da Educação Física para edificar seus ideais nacionalistas (FALCÃO, 1995).

Sendo assim, conforme verifica Vieira (1998, p.69):

[...] a capoeira exercia uma dupla função: por um lado, atuava como importante fator do combatente, devido às suas características de luta de contatos rápidos, apropriadas aos conflitos com mais de um agressor. Por outro, cumpria a função ideológica da afirmação do sentimento de nacionalidade no interior de um mecanismo repressivo. Além de ser um esporte capaz de moldar corpos fortes e saudáveis, como preconizavam as ideologias eugenias em vigor, a capoeira se destacava das outras atividades físicas desenvolvidas na Polícia Especial por ser o “esporte nacional” atuando assim como elemento diluidor de conflitos, fortalecendo o mito da unidade nacional.

Além disso, Vieira (1998) destaca a presença de muitos intelectuais evidenciando em suas obras a valorização da brasilidade. Dentre esses, estão Gilberto Freyre, Cassiano Ricardo e Alceu Amoroso Lima, entre outros.

De acordo com Luiz Renato Vieira, em seu livro “O jogo da Capoeira: Cultura Popular no Brasil”, publicado em 1998, “[...] *não só a capoeira mas também o samba, o futebol e tudo aquilo que poderia ser caracterizado como autenticamente nacional foi resgatado numa ampla ação ideológica junto às classes subalternas*” (1998, p.70).

Neste sentido, podemos até afirmar que no caso da capoeira, a figura que mais contribuiu representou-se como capaz de modificar e traduzir os códigos da capoeira para os interesses políticos e autoritários da época foi Manoel dos Reis Machado, o famoso Mestre Bimba.

Com isso não apenas a capoeira, mas também outras manifestações culturais proibidas daquela época tornaram-se práticas que em suas particularidades representaram a cultura dos negros africanos e que indiretamente se aproximaram e se tornaram práticas que contribuíram para a construção da identidade nacional do nosso país.

O reconhecimento do processo de aceitação sofrido pela capoeira, principalmente neste período tratado, é quem permite entender de que forma a capoeira passou a ser vista, hoje, como uma prática “escolarizada”. Atualmente, podemos encontrá-la presente em diversos segmentos da sociedade, sendo considerada expressão do povo brasileiro.

Diante dessas discussões, acreditamos que Mestre Bimba utilizou-se de toda a sua inteligência ao mostrar o outro lado da capoeira, pois diferentemente das demais lutas que enfrentam os seus oponentes num combate direto, o mestre utilizou-se da mandiga, da negaça, ou seja, negociou para manter viva a herança cultural dos africanos e para o reconhecimento da capoeira.

Sendo assim, não poderíamos deixar de fazer esse resgate histórico da capoeira, pois, para o último capítulo procuraremos analisar e relacionar a capoeira dentro da escola sendo utilizada como uma ferramenta importante para o desenvolvimento das crianças de 3 a 5 anos que frequentam as pré-escolas no que diz respeito a sua motricidade.

3. Capoeira e Motricidade

Este capítulo tem como objetivo apontar quais as possibilidades de compreender a capoeira como uma importante ferramenta para a construção da motricidade na Educação Infantil, especificamente para as crianças de 03 a 05 anos que freqüentam as pré-escolas, principalmente se considerarmos que esta fase é uma das que mais devem ter atenção quando pensamos o desenvolvimento humano em geral e a formação da infância em particular.

Estudos revelam que crianças que quando na Educação Infantil estiveram em escolas que abordavam a aprendizagem na sua relação com a motricidade desenvolveram-se significativamente melhor quando comparadas a outras crianças que não passaram por esse processo.

Vale lembrar, que não é intuito desse trabalho analisar de forma mais complexa o próprio entendimento de motricidade. Buscaremos apenas, a partir da apresentação da compreensão que temos estabelecer uma relação com a capoeira e sua presença no processo de Educação Infantil.

Dessa forma, passaremos a apresentar de que forma entendemos o conceito de motricidade, ao mesmo tempo em que vamos aproximando com a própria noção de capoeira em sua perspectiva pedagógica.

Entendemos a motricidade, assim como Kolyniak Filho (2010), como elemento constitutivo do ser humano, ou seja, a motricidade está presente no processo de humanização do Homem. Dessa forma, a construção da motricidade humana deve ser considerada a partir do próprio desenvolvimento da espécie, bem como no desenvolvimento dessa a partir de processos culturais. É por esse motivo que, quando falamos em motricidade e que esta se insere na totalidade da construção do humano, identificamos que ela ocorre a partir de dois planos: o filogenético, que representa toda a herança biológica no desenvolvimento da espécie; e o ontogenético, que representa toda herança cultural no processo de construção do indivíduo.

Esses dois planos de desenvolvimento apresentam-se por meio de uma relação recíproca e dialética, pois a motricidade resulta da interação entre o desenvolvimento biológico (filogenético) do ser do desenvolvimento cultural da espécie diante das características culturais e sociais que vai assumindo a partir de seus processos históricos.

Sendo assim, o estudo da motricidade nos mostra a necessidade de entender o ser humano a partir de sua totalidade, ou seja, a partir de um caráter unitário que não considera a dualidade corpo/mente. Dessa forma, a totalidade humana pode ser entendida a partir da reação dialética entre a interação com o meio, a percepção do mundo e nosso potencial genético. Nessa unidade humana, expressa por várias manifestações, pensamento, sentimento e movimento formam o que chamamos de totalidade do ser.

Diante do exposto, ou seja, diante do fato de considerarmos que o processo de humanização e a própria motricidade se formam a partir da relação entre a herança biológica e a herança cultural, nos dedicaremos agora à herança ontogenética, ou seja, à influência sócio-cultural sobre a formação da motricidade humana.

Nesse momento, destacamos a importância da escola nesse processo, pois a constituição da motricidade, entendida a partir de um processo de formação sócio-cultural e histórico tipicamente humano, vai pressupor a aprendizagem de diferentes habilidades motoras, que podem e devem ser vividas dentro do ambiente escolar.

Kolyniak Filho (2010) afirma que a motricidade é produzida por processos de aprendizagem, que pode se dar com ou sem a mediação de um tutor (pais, irmãos, professores, objetos, brinquedos etc.) e que está carregada de significados sociais. Diz ainda que, nesse processo, o desenvolvimento da motricidade possibilita novas formas de contato com o mundo e que, portanto, a motricidade acaba produzindo também novas formas de aprendizagem. Nas palavras do autor:

Entendida como produto e produtora de processos e experiências de aprendizagem, a motricidade representa um aspecto da construção do humano que deve interessar à escola – instituição centrada na formação sistematizada de processos e experiências de aprendizagem. (KOLYNIK FILHO, 2010, p.58).

Ao entendermos a motricidade como elemento chave da educação, consideramos que a motricidade: nos permite estabelecer um novo olhar sobre o movimento humano; nos permite estabelecer um novo olhar sobre o processo de humanização; nos permite considerar que a motricidade enriquece os processos educacionais.

Dessa forma, entendemos que a escola tem um papel específico na sistematização da construção da motricidade. Ela deve adequar o espaço escolar e organizar atividades coerentes com a valorização da motricidade e adotar uma metodologia de ensino que leve em consideração a importância da motricidade no processo de aprendizagem.

Kolyniak Filho (2010, p.59) ao buscar compreender a motricidade em sua relação com os processos pedagógicos nos mostra que

[...] Uma nova configuração da relação entre motricidade e aprendizagem, na escola, deve pautar-se em duas vertentes: (a) a contribuição da instituição escolar na construção da motricidade; e (b) as implicações da construção da motricidade para as experiências e os processos de aprendizagem escolar em geral – vale dizer, para a aprendizagem em todos os ambientes e conteúdos que a escola oferece aos alunos.

É a partir dessa perspectiva que passamos a relacionar a capoeira com o processo de construção da motricidade dentro do ambiente escolar.

Pelas características que apresenta a capoeira pode contribuir de forma bastante interessante com o processo de construção da motricidade e como consequência, com o próprio processo de desenvolvimento e aprendizagem que ocorrem na escola.

A capoeira possui uma dimensão física (fundamentos técnicos, habilidades motoras), histórica (fundamentos históricos de constituição dessa prática social), musical (fundamentos musicais, cantigas e instrumentos que compõem a roda de capoeira e dão a esta arte um aspecto diferenciado comparado com outras atividades) e a roda de capoeira (momento em que todos os fundamentos, rituais, conhecimentos e aprendizados adquiridos pelos alunos são apresentados).

Todas essas dimensões acabam atendendo aquilo que deve ser objetivo da educação, a formação dos indivíduos por meio da sua motricidade.

A capoeira oportuniza experiências de aprendizagem que permite aos seus alunos dominarem a sua própria motricidade. Por meio da ginga, dos golpes que caracterizam esta arte e da própria dinâmica do jogo, os alunos acabam tornando-se capazes de agirem com naturalidade, criatividade e cooperatividade, pois a capoeira permite a realização de uma grande variedade de movimentos como andar, correr, saltar, engatinhar, acorar, andar em quatro apoios, entre outros, que vão garantir uma melhoria das suas capacidades físicas gerais. Além disso, contribui para que o aluno saiba articular o gesto motor com a eficiência e economia de energia no intuito de alcançar seus objetivos nas mais diversas situações motoras a que for exposto.

Pensando a Educação Infantil, quanto mais natural for o movimento, mais acessível, inteligente e prazeroso ele será para a criança. Por isso que entendemos que o caráter lúdico da capoeira deve ser tomado como princípio, pois dessa forma entendemos que podemos buscar o equilíbrio entre a naturalidade na execução dos gestos e a implementação gradativa de técnicas mais elaboradas de execução de movimentos ou habilidades motoras. Nesse processo de busca da realização de movimentos naturais, alcançaremos mais tarde a possibilidade de movimentos mais complexos presentes na capoeira.

Quando incentivamos os alunos a realizarem rolamentos laterais ou frontais, como cambalhotas, por exemplo, sabemos que a definição desse engrama motor será fundamental para a execução de outras formas mais elaboradas de movimento muscular que envolve contração e expansão, como a queda de rim¹ ou a parada de cabeça². (bananeira com a cabeça no chão).

Quando estimulamos as crianças a utilizarem movimentos de oposição entre braços e pernas, como o rastejar ou quando pedimos que imitem animais como a cobra ou o lagarto, trabalhamos com movimentos que futuramente serão importantes e incorporados para o desenvolvimento de um jogo de capoeira mais próximo do chão, ou seja, rasteiro. O arrastar representa uma importante fase no desenvolvimento motor da criança.

¹ Queda de rim – Exercício de equilíbrio em que o capoeirista se apóia nos braços, ficando com as pernas estendidas ou flexionadas na altura do seu rim com a cabeça levemente no chão.

² Parada de cabeça – Exercício conhecido como bananeira, ficando com a cabeça e as mãos no chão ficando numa posição de três apoios.

Outro gesto bastante trabalhado é o caminhar em quatro apoios. O andar em quatro apoios é fundamental para a saúde da coluna vertebral. Quando relacionamos com a Educação Infantil isso se torna ainda mais importante, pois é nessa fase que se definem a curvatura lombar e cervical. Nas aulas de capoeira são utilizados jogos com animais para trabalhar esses movimentos, como a imitação do cachorrinho, da girafa, do sapo, do leão, entre outros.

Há ainda outro movimento muito comum na capoeira e também no processo de desenvolvimento humano que é o acocorar-se. Toda criança, antes de ficar em pé, irá equilibrar-se primeiro de cócoras para depois ficar em pé. Isso é uma evolução natural e, por isso, quando sugerimos gestos simples que se aproximam dos movimentos mais “naturais”, garantimos a constituição e manutenção de um gesto tão fundamental ao homem, que é o acocora-se. Estes gestos podem ser traduzidos pela imitação dos macacos, ou pela cocorinha, movimento considerado como de defesa e/ou esquiva na capoeira.

Tomar como princípio o caráter lúdico da capoeira permite ainda resgatar para a aula os saberes populares, tão presentes e importantes na própria constituição da capoeira, desde a sua origem até os dias atuais, em equilíbrio com os saberes acadêmicos, tão importantes para a formação e atuação adequada do professor.

Por isso, quando pensamos no ensino dos movimentos ou de habilidades motoras por meio da capoeira, devemos nos preocupar em fornecer modelos e regras gerais a partir das quais cada criança pode desenvolver, de forma autônoma, a sua própria interpretação da capoeira, dando um sentido particular a essa manifestação. Dessa forma estaremos estimulando a criatividade como resultado da autonomia dos alunos naquilo que se refere às expressões que eles colocarão no *seu* jogo de capoeira.

A aprendizagem da capoeira deve considerar ainda que a capoeira é uma arte com histórico de resistência cultural. O ensino da capoeira, portanto, deve levar em conta seu contexto histórico-cultural.

Isso nos permite compreender que cada gesto presente na capoeira possui um significado que é histórico e cultural, ou seja, se constituiu a partir das determinações sociais impostas sobre essa manifestação. A aproximação/similaridade dos golpes com os

movimentos dos animais ou dos materiais de trabalho dos escravos, como a foice e o martelo são um exemplo disso.

É necessário entender que esse aspecto deve sempre ser considerado. Afirmamos isso por dois motivos: quando desconSIDERAMOS os aspectos históricos da capoeira a descaracterizamos como manifestação cultural; quando não estabelecemos as relações entre os gestos e seus significados históricos e culturais ferimos um dos princípios constitutivos da motricidade que é a possibilidade de compreender a intencionalidade do movimento humano por meio dos códigos corporais e dos padrões de comportamento motor que sofrem influência direta da cultura.

A presença da musicalidade na capoeira é outro exemplo de como podemos mostrar que o aprendizado da capoeira deve ser entendido na sua totalidade, ou seja, a partir das determinações históricas de constituição da mesma. As cantigas de capoeira transmitem saberes, mitos, ritos e valores históricos da cultura popular brasileira. Além do mais, a música estimula o aprendizado dos gestos e movimentos dando característica ao jogo de capoeira.

Tratando de forma mais específica, a musicalidade presente na capoeira auxilia no aprendizado de outros saberes e habilidades, como o ritmo, a sensibilidade auditiva, a coordenação fina, a manipulação de objetos/instrumentos, entre outros.

Dentro dessas possibilidades, podemos por meio das aulas de capoeira proporcionar as crianças as seguintes experiências: o manuseio e a construção dos instrumentos da capoeira (berimbau, pandeiro, atabaque e o agogô), os diversos tipos de toques e ritmos e a interpretação das diversas cantigas de capoeira.

Atualmente, muitos trabalhos estão sendo bem criativos com relação a composições de cantigas de capoeira que muito contribuem e animam as aulas nas escolas. Diante disso podemos encontrar principalmente na Educação Infantil, cantigas sendo incorporadas nas aulas de capoeira, contribuindo assim, para que o envolvimento das crianças seja ainda maior. Podemos encontrar cantigas de capoeira que abordam o cotidiano das crianças em diversos momentos e que trazem valores extremamente importantes para a conscientização da nossa sociedade e, principalmente, para o auxílio no processo de ensino e aprendizagem

das crianças no que diz respeito, por exemplo, as vogais, o abecedário, a matemática entre outras.

Observarmos a seguir algumas cantigas infantis de capoeira compostas por integrantes do grupo ABADÁ-CAPOEIRA, que muito tem contribuindo para a aceitação e valorização da capoeira como ferramenta pedagógica, principalmente, na Educação Infantil:

A E I O U Compositor: Pretinho	Matemática na Capoeira Compositor: Móbilia	Cuidando da Natureza Compositores: Rato Preto e Sanhaço
A E I O U U O I E A A E I O U Vem criança vem jogar	1 2 3 4 Capoeira é um barato 4 3 2 1 Pode jogar qualquer um	Sou pequenininho Do tamanho de um dobrão Mas tenho a consciência Não jogo lixo no chão
<u>A E I O U</u> <u>U O I E A</u> <u>A E I O U</u> <u>Vem criança vem jogar</u>	<u>1 2 3 4</u> <u>Capoeira é um barato</u> <u>4 3 2 1</u> <u>Pode jogar qualquer um</u>	<u>Sou pequenininho</u> <u>Do tamanho de um dobrão</u> <u>Mas tenho a consciência</u> <u>Não jogo lixo no chão</u>
Eu aprendi a ler Aprendi a cantar Mas foi na capoeira Que eu aprendi a jogar	1 + 1 são 2 2 + 2 são 4 Capoeira joga em cima Capoeira joga em baixo	Meu papai e minha mamãe me ensinaram desde cedo a fazer a coisa certa por isso eu não me esqueço
Eu estudo na escola Treino na academia Eu respeito a minha mãe O meu pai e a minha tia	7 e 7 são 14 Com mais sete 21 Vou cantando e contando Jogando com um por um	Jogar lixo no chão isso não é brincadeira eu sou pequenininho me eduquei com a capoeira
Sou criança sou pequeno Mas um dia eu vou crescer Vou treinando capoeira Pra poder me defender	Na capoeira vou somar Não posso diminuir Praticando todo dia Pra poder me divertir	capoeira é uma arte que educa e dá lição com ela eu aprendi não jogar lixo no chão
Capoeira é harmonia É amor no coração Capoeira tem criança O futuro da nação	Eu canto, eu conto, eu somo Multiplico a capoeira Praticando sou feliz Nessa arte brasileira	Sou capoeirista eu sou da Abadá vou deixando esse recado pra natureza salvar

Este quadro foi elaborado com base nas músicas dos cd's gravados pela ABADÁ-CAPOEIRA (volumes 1 e 2).

Essas são algumas das cantigas que fazem parte do cotidiano das crianças que praticam capoeira na Educação Infantil. Quando chegamos para ministrar aulas ou nos deparamos com as crianças dentro da escola e até mesmo com base nos relatos de alguns pais dizendo que os filhos não param de cantar as músicas da capoeira, podemos notar como que a capoeira vem se inserindo nas rotinas diárias começando a fazer parte das atividades dessas crianças naturalmente.

A ABADÁ-CAPOEIRA (Associação Brasileira de Apoio e Desenvolvimento da Arte-Capoeira) além de trabalhar no sentido de resgatar, valorizar e difundir a capoeira que segundo Mestre Camisa é uma “*arte que engloba todas as artes*”, também vem se preocupando e proporcionando uma formação e capacitação profissionalizante de seus integrantes para atuarem nesse campo da capoeira na Educação Infantil. Muitos integrantes têm colaborado com estudos e idéias referente a diversos temas produzindo e publicando livros e Cd’s que abordam o trabalho da capoeira na escola. As cantigas citadas acima, por exemplo, são de autorias dos capoeiristas educadores e estão nos Cd’s de Cantigas Infantis de Capoeira produzidos pela ABADÁ-CAPOEIRA (volume 1 e 2).

É importante ressaltar os conteúdos das cantigas, como por exemplo: As três cantigas de capoeira abordam temas diferentes na quais todas contribuem para o processo de ensino e aprendizado e trazem uma proposta pedagógica e uma concepção educativa que proporciona conhecimentos e conteúdos desenvolvidos dentro das escolas. No caso da primeira cantiga, esta sem dúvida nenhuma é mais cantada nas aulas de capoeira e trabalha com as vogais. A segunda aborda a questão da matemática e da inclusão dos alunos contribuindo diretamente para a construção de valores tão importantes e necessários atualmente como a questão do preconceito e o respeito das diferenças entre os alunos. A terceira vem mostrar a importância da presença dos pais no que diz respeito à educação e a conscientização ambiental dos filhos podendo ser trabalhada como um assunto interdisciplinar.

Diante disso, procuramos trazer elementos que fazem parte do cotidiano dos profissionais que trabalham diretamente com a capoeira na Educação Infantil. Para tanto, temos que ter uma responsabilidade pedagógica e um compromisso em atrair, desenvolver e manter os alunos em nossas aulas de capoeira não apenas trabalhando com a questão do

lúdico e das brincadeiras, mas também com a construção de conceitos e valores presentes em nossa sociedade para que venham proporcionar um desenvolvimento integral.

É importante falar que esses elementos dentro da ABADÁ-CAPOEIRA são desenvolvidos, elaborados, adaptados em laboratórios realizados uma vez por ano em seminários, em vivências e principalmente nas participações em eventos infantis, nos treinamentos e nas rodas de capoeira que proporcionam contribuições e reflexões para melhor atender as crianças na Educação Infantil.

4. Considerações Finais

Para compreender o papel da capoeira na Educação Infantil, tema principal deste trabalho, se fez necessário promover uma reflexão a respeito da responsabilidade pedagógica que cada educador terá frente às suas aulas de capoeira com os seus alunos.

Arriscamos dizer que este pode ser o pontapé inicial, pois temos a noção que a caminhada a ser percorrida é longa. Tratar da capoeira não é algo simples e sim extremamente complexo e por muitas vezes contraditório.

Durante essa pesquisa, tivemos que refletir acerca de como compreender a Educação Infantil desde a criação das primeiras creches e pré-escolas no que diz respeito a sua regulamentação diante das leis que dão o direito à mãe trabalhadora em relação com o cuidar e o educar dos seus filhos.

Sendo assim, se apresentando como uma das fases mais importantes para o desenvolvimento das crianças, a Educação Infantil é considerada e definida atualmente como a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial. E que também é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil, gratuita e de qualidade, sem requisitos de seleção.

Porém, diferentemente dos PCN's que trazem proposta para o desenvolvimento dos alunos no Ensino Fundamental, na Educação Infantil temos os referenciais que sugerem alguns elementos e conteúdos para o desenvolvimento dos alunos.

Este documento denominado de Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil contém três volumes: Um primeiro volume que trata da Formação Pessoal e Social e Conhecimento do Mundo. Um segundo volume que trata da Identidade e Autonomia das crianças. E um terceiro volume que contém seis eixos de trabalho para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de

conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

Sendo assim, podemos notar que o trabalho na Educação Infantil vem surgindo e aos poucos também vem sendo organizado de uma maneira direcionada. Porém, no que diz respeito à constituição da motricidade das crianças nas pré-escolas ainda não se encontra nenhum profissional da área da educação física escolar para dar início e começar a estimular as crianças a desenvolverem as habilidades como: correr, saltar, rolar, trepar, girar entre tantas outras que fazem parte das habilidades motoras a serem estimuladas e desenvolvidas.

Com base nessas informações, observamos que a capoeira vem se tornando uma atividade extracurricular que ganhou espaço e que também tem uma grande importância dentro das escolas de Educação Infantil, pois de acordo com esse documento, principalmente em relação ao terceiro volume, a capoeira se enquadra perfeitamente dentro desta proposta.

Portanto, apresentando-se como uma atividade rica em vários aspectos, observamos no capítulo que fala sobre Capoeira e Motricidade, as possíveis contribuições da capoeira para o desenvolvimento das crianças na qual classificamos como: fundamentos técnicos, fundamentos históricos, fundamentos musicais e fundamentos da roda.

Porém, temos que ter consciência tanto das contribuições que a capoeira poderá proporcionar como também os problemas que poderão surgir diante de algumas situações que se apresentam em nossa realidade.

Propomos que dois itens fundamentais sejam refletidos para o desenvolvimento de um trabalho com qualidade e com responsabilidade pedagógica. O primeiro seria a proposta pedagógica do colégio onde o professor irá atuar e o segundo seria a formação do professor e/ou capoeirista que ministrará as aulas de capoeira.

Quando falamos em proposta pedagógica nos referimos a que tipo de criança esse colégio pretende formar e de que forma articula os conteúdos específicos a serem aprendidos para uma possível formação integral do sujeito. Pensamos ser de extrema importância o comprometimento acerca da formação e do desenvolvimento integral de nossos alunos.

Precisamos estar cientes até onde podemos chegar e o que esse aluno precisa aprender para ter uma formação com qualidade de ensino em todos os aspectos. Isso é fundamental para uma escola que tenha como objetivo contribuir para uma formação crítica e autônoma.

Outro fator é a formação do profissional que será o responsável pelas aulas de capoeira. Não defendemos e nem podemos exigir que os responsáveis pelas aulas sejam apenas capoeiristas que não tiveram a oportunidade de cursar uma universidade ou apenas professores de educação física que tiveram a oportunidade de vivenciar e estudar alguns aspectos da capoeira na universidade.

Pensamos ser necessário que o professor responsável pelas aulas tenha uma boa referência na capoeira e que busque conhecimentos para melhorar a sua prática pedagógica, que possua uma linguagem de acordo com o público alvo que irá trabalhar e que seja comprometido com o processo educativo, a fim de atrair, educar, desenvolver e manter essas crianças de maneira prazerosa e proveitosa, desenvolvendo, assim, uma formação que leve a valorização da capoeira enquanto manifestação popular brasileira.

O que se percebe é que, na maioria das vezes, profissionais utilizam apenas os conteúdos e os elementos da educação física, mesmo dentro das aulas de capoeira, não aproximando com o que é característico da linguagem dessa modalidade. Isso acaba prejudicando tanto o desenvolvimento da criança como principalmente a difusão da capoeira dentro do âmbito escolar como uma arte que tem uma linguagem própria.

No entanto, ao tentarmos compreender a capoeira no âmbito escolar, nos deparamos sempre com a capoeira se tornando um conteúdo da educação física, sendo utilizada como instrumento pedagógico, mas de maneira equivocada.

Diante disso, devemos ter consciência e levarmos em consideração que a capoeira teve um surgimento muito diferente das modalidades esportivas praticadas e desenvolvidas nas escolas. A sua origem e o seu contexto histórico apresentam uma linguagem muito diferente das modalidades desportivas que conhecemos.

Trazendo essa concepção para a Educação Infantil, é crucial considerarmos que esta fase é uma das mais importantes para o desenvolvimento da criança e que a compreensão da

motricidade humana neste processo se revela como elemento fundamental na constituição do ser humano.

Sendo assim, a capoeira não será apenas mais uma modalidade esportiva na qual estaremos apenas reproduzindo os métodos tradicionais que não contribuem para a sua valorização enquanto manifestação cultural brasileira. Para tanto, devemos nos atentar para que a capoeira na escola não esteja vinculada a nenhum tipo de padronização, ou seja, aos gestos mecânicos e desportivos hegemonicamente presentes nas aulas de educação física.

Estudar e resgatar a história da capoeira, os seus movimentos, seus ritmos, suas músicas, sua riqueza cultural, talvez seja uma proposta para desenvolver a capoeira na escola de maneira consciente.

A Capoeira, manifestação cultural que vem de uma origem afro-brasileira, não pode ser classificada de uma única maneira, ela pode ser ao mesmo tempo um jogo, uma luta, uma dança, um folclore, uma cultura e educação.

Portanto, acreditamos que a capoeira precisa ser uma atividade consolidada, respeitada e desenvolvida dentro das instituições educacionais e pelo “EDUCADOR” que será responsável pela sua difusão, principalmente enquanto linguagem necessária para o desenvolvimento das crianças de 3 a 5 anos de idade que frequentam as pré-escolas de nosso país.

Neste sentido, acreditamos que capoeira na escola estaria proporcionando uma aprendizagem significativa aos alunos no que diz respeito à constituição da sua motricidade e no processo de reconhecimento e valorização da nossa cultura brasileira, baseando-se no respeito, na cooperação, na socialização, na criação, na liberdade de expressão e no desenvolvimento da consciência crítica e de uma sociedade mais justa e autônoma.

5. Referências Bibliográficas

AREIAS, Anande das. *O que é capoeira*. São Paulo: Editora da Tribo, 4ª edição – 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*, v. 1, 2 e 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. *Lei 9394, de 23 de dezembro de 1996*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília DF, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. *Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei 4024/61.

BRASIL, Ministério da Educação. *Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei 5692/71.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução nº 5, 17 de dezembro de 2009, que fixa as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação básica. *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação*. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CAMPOS, Hélio. *Capoeira na escola*. Salvador: EDUFBA, 2001.

_____. *Capoeira na universidade: uma trajetória de resistência*. Salvador: EDUFBA, 2001.

CAMPOS, Maria Malta. *Educação Infantil*. Reescevedo a Educação: Propostas para um Brasil melhor, p.01-07, 2007. Disponível em <<<http://www.idis.org.br/biblioteca/artigos/educacao-infantil.pdf/view>>> Acessado em 01/02/2012.

CARVALHO, Paulo César Valadares. *Capoeira, arte-luta: uma abordagem pedagógica de inclusão*. Teresina: Gráfica Ipanema, 2010.

FALCÃO, José Luiz Cirqueira. *A escolarização da capoeira*. Brasília: ASEFE – Royal Court, 1996.

_____. *O processo de escolarização da capoeira no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte: Campinas, SP, v.16, n.03, p. 173-182, mai. 1995.

FREITAS, Jorge Luiz de. *Capoeira infantil: a arte de brincar com o próprio corpo*. Curitiba: Editora Progressiva, 2ª edição – 2007.

_____. *Capoeira infantil: jogos e brincadeiras*. Curitiba: Torre de Papel, 2003.

_____. *Capoeira na educação física: como ensinar?*. Curitiba – Editora Progressiva, 2007.

_____. *Capoeira Pedagógica*. Curitiba: Editora Progressiva, 2005.

KOLYNIK FILHO, Carol. *Educação Física: Uma (nova) introdução*. São Paulo: EDUC, 2ª edição – 2008.

_____. *Motricidade e aprendizagem: algumas implicações para a educação escolar*. Construção Psicopedagógica, São Paulo-SP, 2010, Vol. 18, n.17, pg. 53-66.

_____. *Motricidade: um novo olhar sobre o movimento humano*. Carol Kolyniak Filho; Ricardo Augusto Haltenhoff Melani. São Paulo: EDUC, 2006.

KRAMER, Sonia. *O papel social da educação infantil*. Revista Textos do Brasil, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1999. Disponível em: <<<http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/revista7-mat8.pdf>>> Acessado em 01/02/2012.

KUHLMANN JR. Moyses. *Histórias da educação infantil brasileira*. Revista Brasileira de Educação, n.14, pg. 05-18, 2000.

LIMA, Mano. *Dicionário de Capoeira*. Brasília, março de 2006: 2ª edição revista ampliada, 208 p. Il Literatura brasileira.

NEGRÃO. Ronaldo Ferreira. *Origem temporal da expressão “educação física” e sua trajetória histórica – uma contribuição*. São Paulo: Plêiade, 2008.

RABINOVICH, Shelly Blecher. *O espaço do movimento na educação infantil: formação e experiência profissional*. São Paulo: Phorte, 2007.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

SODRÉ. Muniz. *Mestre Bimba: corpo de mandinga*. Rio de Janeiro: Manati, 2002.

VIEIRA, Luiz Renato. *O jogo da capoeira: cultura popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Sprint, 2ª edição – 1998.